

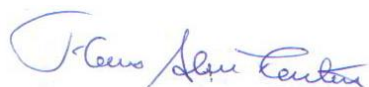
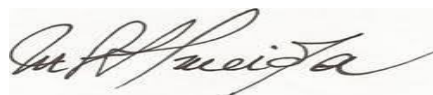
ATA DA OCTAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 16 de setembro de 2023, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa e da Ata da Reunião online do dia 18/08/2023; **2)** Eleição do CCP e reunião presencial do CP/CCP em novembro; **3)** Proposta do Orçamento para 2024; e **4)** Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horta, Lúcia Fernandes, Manuel Coelho, Maria de Lurdes De Almeida, Rita Santos, António Cunha, e Daniel Loureiro; presentes ainda os Conselheiros Paulo Martins e Fernando Topa em representação das suas Comissões Temáticas. Justificaram a sua ausência os conselheiros Paulo Marques e Pedro Rupio. Antes de iniciar-se a reunião houve uma conversa online com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo para obter alguma informação sobre as próximas eleições do CCP. O SECP notificou da intenção do governo de que as próximas eleições do CCP sejam agendadas para o dia 26 de novembro de 2023. Uma vez finalizada esta reunião colocou-se em votação a ordem de trabalho e esta foi aprovada conforme a convocatória, passando-se assim ao ponto **1)** Aprovação das Atas. O Cons. Flávio Martins pergunta se há alguma sugestão a fazer às mesmas. Não havendo nada a modificar estas foram aprovadas por unanimidade. Continuou-se então para o ponto **2)** Eleição do CCP e reunião presencial do CPCCP novembro. O Cons. Flávio Martins faz um resumo do exposto na reunião online com o SECP, sendo a intenção do governo convocar eleições para o CCP dia 26 de novembro, então a apresentação das listas deve ser feita entre os dias 27 de outubro e 6 de novembro e a campanha eleitoral decorrerá entre os dias 12 e 24 de novembro. Espera-se então que a publicação da Portaria seja realizada até ao dia 22 de setembro. O Cons. Paulo Martins mostra preocupação pelo “timing” e porque nesse fim de semana é o “Thanksgiving” nos Estados Unidos e todos viajam para estarem junto das famílias. Enfatiza que o tempo é muito curto e prejudicial para a apresentação das listas. O Cons. António Cunha faz eco da mesma preocupação e pior ainda quando nem sequer se sabe a nova distribuição dos círculos eleitorais. A Cons. Maria de Lurdes chama a atenção para este mesmo problema e indica que há novas normativas como a questão da

paridade 50/50, e novas pautas na elaboração das listas. A recolha das assinaturas, as credenciais exigidas tais como o registo criminal, em alguns países é demorado. Lembra que em julho o próprio SECP disse que havia que madurar a data e que esta ia ser consultada com o CPCCP . Uma vez mais não se consultou, somente se informou. O Cons. Daniel Loureiro notifica que a data não é somente vontade do SECP, mas também de alguns grupos parlamentares, no entanto concorda que este é um processo complicado e que o pouco tempo disponível em nada beneficia o CCP. O Cons. Ângelo Horta manifesta também que o tempo é muito curto e não vê problema em que se se esperou tanto tempo, sugerir que a eleição fosse mudada para janeiro pois uma lista deve ser conversada, madurada e contatar as pessoas que possam aportar benefícios à comunidade. Não devem haver pressas . O Cons. Amadeu Batel opina que a data é muito apertada e pouco prestigiante para um processo de eleição seja ele qual for. O Cons. Fernando Topa mostra preocupação com a paridade de género da lista apresentada, que conforme a nova lei é 50/50. Considera difícil de cobrir em tão pouco tempo e ainda nem se sabe qual o número de assinaturas necessárias para a apresentação da lista. O Cons. Ângelo Horta manifesta que devido a tudo isto deve-se aguardar pela portaria para saber exatamente o que esta especifica. O Cons. Flávio Martins indica que esta decisão já não está nas mãos do CCP senão que é da responsabilidade do Governo e que o prazo de 60 dias também foi aplicado na eleição de 2015. Quanto ao número de assinaturas refere que a lei estabelece que deve ser 2% dos eleitores recenseados no respetivo círculo eleitoral e até 75 apoios. Informa que imeditamente informará a todos os Conselheiros da intenção do Governo da data das eleições. O Cons. Amadeu Batel concorda em que o Governo é que deve decidir porque nem sequer consultou sobre esse tema. Lembra que na última eleição a Lei foi aprovada em abril e somente em julho é que foi promulgada. No entanto agora é tudo muito mais rápido e por conseguinte somente irão votar pessoas chegadas ao movimento associativo e a questões partidárias. O Cons. Fernando Topa concorda em deixar que o Governo leve a responsabilidade, mas chama a atenção sobre a entrega de credenciais as quais em alguns países são muito demoradas. O Cons. António Cunha considera que não deve preocupar-nos o fator tempo porque ainda tudo não

passa de uma intenção, nada está marcado por isso vê muito difícil que as eleições sejam agora em novembro. A Cons. Maria de Lurdes expressa que não estaria demais enviar um comunicado ao SECP alertando para potenciais problemas que o Governo não tenha tido em consideração e assim, sem pressas dar mais seriedade ao processo eleitoral e mais prestígio ao CCP. Depois de ouvir algumas opiniões dos Conselheiros presentes no relacionado ao curto prazo para o ato eleitoral, o Cons. Flávio Martins comunica que uma vez que a intenção da data já foi anunciada, o Governo é o responsável pela decisão e o CPCCP somente tem o dever de informar a todos os Conselheiros para que se preparem e organizem. O Cons. Amadeu Batel reflete uma vez mais sobre o “timing” pois corre-se o risco de não haver representação em alguns círculos eleitorais. Cada região tem os seus problemas, mas a recolha das assinaturas em algumas regiões torna-se muito difícil devido a longas distâncias que há que percorrer e o prazo tão curto não ajuda. O Cons. Fernando Topa sugere que se deveria pedir pelo menos alguma flexibilidade na entrega de algumas credenciais, pois há países em que tardam muito a serem enviadas e seria lamentável que uma lista fosse inabilitada devido a este problema. O Cons. Flávio Martins mostra-se apreensivo na ordem da apresentação da lista, que esta tenha que ser alternada, não podendo ser duas pessoas seguidas do mesmo género. Continuando no uso da palavra o Conselheiro refere-se a outro ponto que é sobre a reunião presencial no mês de novembro e pergunta aos presentes se face à recente informação da data das eleições, esta deve manter-se. Todos concordaram em que se deveria manter menos a Cons. Rita Santos pois opina que devido ao curto prazo para a realização das mesmas há muito trabalho a fazer no país de acolhimento e mais em Macau que tem umas características muito particulares devido a que a maioria da comunidade não fala o português. A seguinte pergunta foi referente à data da reunião e todos concordaram em antecipar porque a data que estava prevista é a que corresponde à campanha eleitoral. Acordou-se então programar a reunião para a semana do 6 ao 10 de novembro e Abordaram-se os diferentes pontos para realizar a programação dessa reunião: a.- Encontro com o SECP para se falar sobre o Plano Estratégico de políticas para as Comunidades e a proposta sobre a data do Plenário; b.- Encontro com os Grupos

Parlamentares; 3.- Encontro com o Observatório da Emigração para a assinatura do protocolo; -4.- Encontro com o MAI para tratar assuntos da revisão eleitoral; 5.- Encontro com o Grupo de Trabalho do Código Eleitoral; 6.- Educação, encontro com a Comissão de Educação e Ciência para tratar assuntos relacionados com a educação e cultura; 7.- Encontro com o Embaixador Luís Ferraz para esclarecer dúvidas sobre a plataforma do E – Cônsul, Conselhos Consulares e outros; 8.- Reunião com algum representante dos assuntos parlamentares para esclarecer questões relativas à comunicação social e apoios. Uma vez finalizado este ponto passou-se para o ponto **3) Proposta do Orçamento de Estado para 2024.** O Cons. Flávio Martins notifica que este tema ainda não foi para a Assembleia mas que já se sabe que a proposta do Governo será de 420.000 euros e, portanto, o CCP deve insistir nos 480.000 previsto em nossa proposta. Participa que nas reuniões com os Grupos Parlamentares deve ser explicado o porquê dessa quantia, pois o número de conselheiros aumentou e há a realização do Plenário. Esclarece que se bem é certo que desde 2003 nunca se teve o orçamento que se terá para 2024, também não é menos certo que talvez não seja suficiente para realizar todas as ações que estão previstas. Participa que gostaria de ter conhecimento do orçamento para outros Conselhos para poder comparar e assim gerir melhor a realização do trabalho. Continuando para o ponto **4) Assuntos Gerais,** o Cons. Flávio Martins anuncia que a próxima reunião será no dia 21 de outubro às 14 horas de Lisboa. A Cons. Rita Santos explicou que utilizou a verba da sua Secção LOCAL para a realização das reuniões em Cantão e Shangai. Realizaram visitas a várias instituições e todos mostraram interesse em estreitar relações com Portugal. A Cons. Ligia Fernandes informou sobre a reunião do Conselho Consular da sua região para tratarem sobre um grande evento a acontecer que é o batizado da frota pesqueira e sentiu-se satisfeita por constatar que o Conselho está a funcionar e que está composto por pessoas de todos os extratos sociais. O Cons. Daniel Loureiro referiu a visita do Presidente da República e dos Grupos Parlamentares ao Canadá. O Cons. Manuel Coelho informa que na Namíbia foram encontrados os maiores depósitos de petróleo e portanto há muito interesse e é bom para a economia do país. O Cons. Amadeu Batel pede para estarem atentos à publicação da Portaria e

depois na reunião de outubro fazerem-se as considerações convenientes. O Cons. Paulo Martins parabeniza o Cons. Daniel Loureiro pelo artigo que escreveu sobre a língua e considera infelizes as declarações do Deputado Paulo Pisco quando diz que os portugueses que decidiram viver noutros países e têm autonomia própria não estão interessados em participar nos processos eleitorais. Opina que este é um deputado das Comunidades que não as defende. Todos os presentes expressaram que a reunião foi muito esclarecedora e participativa. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h00 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Carlos Albuquerque".A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. Almeida".